

O sertão como objeto literário: considerações críticas dentro da tradição formativa

The sertão as a literary object: critical considerations under the formative tradition

*Felipe Bier**

**Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*

Resumo: O texto busca recuperar a noção de *formação*, cunhada por Antonio Candido em 1959, como enquadramento conceitual para o entendimento do tipo específico de realismo literário que surge no contexto brasileiro entre os anos 1930 e 1964. Procurar-se-á mostrar que, para além de um estudo sociológico, *Formação da literatura brasileira* oferece o material para que se pense a conjunção entre ideologia, projeto de país e base material. Ao se retrair o ambiente econômico e ideológico da Primeira República, pretende-se evidenciar que o impulso estético em direção ao problema do sertão pós-1930 responde à crise dos arranjos políticos do coronelismo e à emergência do objeto-sertão como ponto de desembocadura das tensões na tradição literária brasileira.

Palavras-chave: Antonio Candido. Formação. Sertão. Realismo.

Abstract: This text's goal is to bring forth Antonio Candido's notion of *formation*, coined in 1959, as the framework for the proper understanding of the specific kind of literary realism that emerges in Brazil from 1930 to 1964. We will seek to demonstrate that the *Formação da literatura brasileira* stands as not only a sociologic work, but also offers the critical material to conceptualize the conjunction of ideology, Brazil's project of a nation and structures of production. As we trace back the economic and ideological environment of Brazil's First Republic we will seek to show that the aesthetic impulses towards the *sertão* in the years after 1930 respond to the crisis of the *coronelistic* phenomena and the emergence of the *sertão* as a true literary object. Thereby the *sertão* stands at the outfall point of the tensions that revolve around the idea of a Brazilian literary tradition.

Keywords: Antonio Candido. Formation. Sertão. Realism.

Introdução

Em 1979 vinha a público a comunicação escrita por Antonio Candido “O papel do Brasil na nova narrativa” na ocasião do encontro que delineava as características marcantes da ficção latino-americana. De maneira significativa, este texto chegou até nós em sua versão definitiva, no livro *A educação pela noite* (CANDIDO, 2006), com a supressão da primeira parte do título. Chamado apenas de “A nova narrativa”, o papel do Brasil pode ter sido elidido apenas por questão editorial – afinal, ao contrário do encontro acadêmico para o qual o texto foi produzido, a coletânea de ensaios direcionava-se majoritariamente ao público brasileiro.

Mas não é difícil pensar em outras razões para o ocorrido. É possível cogitar que, na ocasião da leitura da comunicação, a dimensão comparativa entre as literaturas latino-americanas de língua espanhola, com autores e traços característicos e em grande destaque na época, exigisse o realce das particularidades do único representante de língua portuguesa no continente. Curiosamente, no entanto, Candido aponta para as semelhanças com o contexto hispano-falante apenas como *limite* de sua exposição: o aporte histórico, menos do que evidenciar a história comum, caminha pelo trilho da diferença, almejando com isto tornar claro o ponto de vista brasileiro enquanto suporte para a comparação.

O destaque da contribuição do Brasil à nova narrativa é pois menos técnico e tem a ver com um projeto mais ambicioso de representação da história literária. A história das nossas letras, descrita por Candido, obedece ao conhecido ritmo de seu empenho¹ na apreensão de um objeto brasileiro. Isto é, a apreciação das obras toma a perspectiva do ponto de condensação de um sistema que lutou para a consolidação de uma tradição. A análise do sentido desta história de ganhos e conquistas no terreno formal é, portanto, o que interessa a Candido. Ressoando trabalhos mais importantes do crítico, “A nova narrativa”

¹ A noção de empenho é fundamental para a construção do argumento candidiano em *Formação da literatura brasileira*. Em resumo, o conceito se refere a um traço curioso da literatura do país, perceptível já em seus primeiros esforços. Trata-se do interesse em vincular literatura e pensamento sobre o Brasil, suas peculiaridades e seu imaginário. Candido atribui este traço ao fato de as elites dirigentes do país serem também sua elite intelectual, portanto, interessada em literatura. Claro, o argumento se complexifica à medida que se inserem as noções de forma e tradição na análise, já que se por um lado o empenho gerava um interesse importante para a aglutinação da literatura em torno de um objeto comum, ao mesmo tempo não a fixava ao redor de padrões formais consistentes, dada a volatilidade do pensamento das elites. Para Candido, a junção de tradição e forma só ocorrerá em Machado de Assis, que não por acaso encerra o estudo em *Formação da literatura brasileira*, de 1959. Para um entendimento mais aprofundado da discussão, é imprescindível a remissão aos estudos de Roberto Schwarz sobre a obra de Machado, nos quais o crítico testa a tese candidiana com um potente arsenal teórico. Tocaremos neste tópico adiante.

abreviadamente posiciona o objeto de análise de sorte a ressaltar o árduo processo de sedimentação formal brasileiro.

Entretanto as inserções críticas do ensaio em questão têm de enfrentar uma instabilidade. Como se disse, o resultado imediato da leitura de “A nova narrativa” é de que se fala de uma perspectiva brasileira na literatura. Mas com isso contrasta o carregado efeito de dispersão ressaltado por Candido como traço principal da nova literatura e que torna ‘o papel do Brasil’ um significante vacilante. Isto é, muito embora o crítico demonstre conhecer a fundo a produção contemporânea à escrita da comunicação, o texto culmina num sentimento de impossibilidade de agrupar tais tendências em torno de uma linha de sentido que torne palpável uma *tradição brasileira*. Como afirma o crítico em seu último parágrafo,

na literatura brasileira atual há uma circunstância que faz refletir: a ficção procurou de tantos modos sair das suas normas, assimilar outros recursos, fazer pactos com outras artes e meios, que nós acabamos considerando como obras ficcionalmente mais bem realizadas e satisfatórias algumas que foram elaboradas sem preocupação de inovar, sem vinco de escola, sem compromisso com a moda; inclusive uma que não é ficcional. Seria um acaso? Ou seria um aviso? Eu não saberia nem ousaria dizer. Apenas verifico uma coisa que é pelo menos intrigante e estimula a investigação crítica. (CANDIDO, 2006, p. 260)

A perda do fio da tradição talvez seja verdadeira, mas a timidez quanto a uma hipótese deve ter seu componente retórico considerado. Isto porque a movimentação do crítico em torno deste enigma – a tradição se constitui, mas depois se dispersa – se mobiliza em torno da ideia de *formação* como perspectiva necessária para se compreender o acúmulo formal brasileiro, mas ao mesmo tempo perspectiva impossível, já que se fala de nossa tradição do ponto de vista de seu corte. Isto, claro, encontra um lastro histórico específico, tornado evidente pelo próprio autor:

O decênio de 1960 foi primeiro turbulento e depois terrível. A princípio, a radicalização generosa mas desorganizada do populismo, no governo João Goulart. Em seguida, graças ao pavor da burguesia e à atuação do imperialismo, o golpe militar de 1964, que se transformou em 1968 de brutalmente opressivo em ferozmente repressivo. Na fase inicial, período Goulart, houve um aumento de interesse pela cultura popular e um grande esforço para exprimir as aspirações e reivindicações do povo [...]. O golpe não cortou tudo desde logo, *mas aos poucos*. E então surgiram algumas

manifestações de revolta, meio caóticas, berrantes e demolidoras, como o Tropicalismo. Na verdade, tratava-se de um processo transformador que teve como eixo os movimentos estudantis de 1968 e desfechou num anticonvencionalismo que ainda hoje orienta a produção cultural, [...] a busca entre patética e desvairada de uma situação de *catch-as-catch-can* em atmosfera de terra de ninguém. (CANDIDO, 2006, p. 252, grifo no original).

O papel do Brasil na cultura pós-golpe, percebe-se, se caracteriza pela negação de um padrão tradicional. Mais do que uma simples guinada estilística, o argumento de Candido aponta para a desestruturação do suporte que, em primeiro lugar, tornava possível o agrupamento da tradição em torno de alguns objetos.

Se, como diz Paulo Arantes sobre o trabalho de Candido, existe no conceito de formação um entrelaçamento entre obra, ideal e nó social objetivo (Cf. ARANTES, 1997, p.14), o período militar dispõe em novo arranjo tais elementos, minando a tessitura que os mantinha unidos em sistema. Deve-se supor que o esforço deliberado do governo militar em desbaratar as correntes cultural e politicamente críticas ao regime tenha cooperado para o processo descrito por Candido. Mas mais importante é perceber que o golpe age em tensões produtivas que se saturavam havia pelo menos trinta anos na *démarche* político-econômica do país. Neste sentido, o período inaugurado pelo regime militar fecha um ciclo de industrialização iniciado em 1930 e, com isto, se dissermos com Arantes, faz vacilar o *sentido da formação*. A ideia, tão presente nos escritos brasileiros pós-1930, parece perder força após o golpe, levantando a suspeita de que a noção de formação fosse substancialmente animada pelo deslocamento do imaginário sobre o país: de produtor agrícola, passa-se às perspectivas abertas pela industrialização.

A falência de um traço tradicional gera um curioso efeito de realce de um período da história brasileira, pois o caminho conceitual necessário para expor as vicissitudes de uma literatura de difícil acumulação formal se choca, com um golpe, com a constatação de que este processo de acumulação respondia a dinâmicas históricas que podiam ser atacadas e, por fim, submetidas ao jugo de uma ordem em que empenho e cultura caminhassem apartados. A morte da tradição leva consigo a utopia de integração do país através da indústria; mas também promove um olhar crítico aos processos sociais que permitiam a própria sustentação de tal utopia.

Este é o traço que distancia o conceito candidiano dos demais representantes da tradição formativa do pensamento brasileiro. De modo geral, num espectro que alcançava de Gilberto Freyre a Sérgio Buarque de Holanda, de Caio Prado Jr. a Celso Furtado, todos utilizavam a ideia de formação como articulação entre um conhecimento do Brasil real e uma

projeção de superação de entraves políticos e sociais, que possibilitaria a conciliação do que chamaremos de ‘uma consciência das disparidades sociais e um desejo de integração do país’. É certo que o *telos* deste processo variou entre um autor e outro: mas, não obstante a diferença de posições, o importante é notar que, entre a apreensão do Brasil real e este *telos* político, se coloca uma ideia de integração e movimento histórico que, no fundo, acaba conformando o trabalho de cada um dos autores: ou seja, a visualização desta projeção de sentido funciona como farol para o olhar sobre o passado e presente. O caso de Candido, no entanto, é substancialmente diferente².

Isto porque, entre objeto e ideal se interpõe a forma. Deste modo, a relação entre história e sentido, pulsante nos outros autores, fica em Candido condicionada à relação estabelecida pela própria objetividade da obra literária. A atenção aos procedimentos nada usuais de nossa produção em sua relação com a história brasileira gera já na *Formação da literatura brasileira* uma plataforma de análise que põe sobre a mesa o problema do realismo em contextos heterodoxos. Isto porque o processo de aparição do objeto brasileiro, mostrou Candido, depende de um equilíbrio frágil entre o *empenho* de uma elite no conhecimento do país e a *aparicação do objeto brasileiro* capaz de *atravessar* a voz de classe de onde surge a narrativa. Deste modo, pode-se afirmar que a ambição do crítico na *Formação* é observar os momentos em que a forma literária encampa os processos históricos reais do país *através* das rachaduras presentes nas ideologias de nação.

A noção de *empenho* em Candido, portanto, carrega um sentido ambíguo: é por um lado o impulso que inclina parte das elites dirigentes do país em direção ao conhecimento sobre o Brasil e sua integração à tradição ocidental de pensamento e artes. Mas, por outro, o mesmo empenho acaba por constituir uma camada ideológica que se interpõe entre a forma literária e conteúdos históricos. A ideia de formação em Candido nasce, assim, com um duplo desígnio: por um lado, constitui-se como estudo histórico que mira no caminhar da forma sobre o fio tensionado entre *empenho* e *objeto*. Deste modo, compõe-se como uma história da literatura brasileira. Mas ao mesmo tempo, ao pôr-se uma questão formal, joga-se luz precisamente sobre o objeto heterônomo que *escapa* ao arranjo sociológico entre história e ideologia e dá a ver uma forma em contato direto com conteúdos históricos desviantes – daí, por exemplo, a insistente volta a obras como *Memórias de um sargento de milícias*.

A atenção à forma heterônoma, que escapa à ideologia, revela a importância da noção de forma na teoria de Candido: a crença, portanto, na objetividade da obra literária leva o crítico a cunhar algo como um duplo conceito de formação: um positivo, no qual se veem os nexos sociológicos estabelecidos entre classe dominante, ideologia e sociedade; e outro negativo. Esta acepção negativa de formação aposta na estrutura da forma como o

² Sobre a comparação entre os autores da formação, ver o ensaio “Sobre a *Formação da literatura brasileira*” In SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

elemento de análise que *expõe* os processos sociais e *revela* a crise ideológica. Deste lugar negativo, qualquer sentido utópico da formação e integração do país fica comprometido e o que vem ao proscênio da análise é precisamente o nó social objetivo que sustenta a forma.

Este traço da obra candidiana por si só mereceria uma análise cuidadosa e independente. Mas no que tange ao nosso interesse imediato cumpre notar que o movimento crítico do autor é o alçamento dos problemas literários à categoria de objeto, que corresponde ao momento em que o nó social objetivo é formalizado: a ideia de nação na *Formação*, de malandragem na “Dialética da malandragem”, de acumulação em “De cortiço a cortiço” (Cf. CANDIDO, 2010) e enfim de sertão nos ensaios sobre os regionalistas e em Guimarães Rosa. Isto quer dizer que Candido não encontra por trás do texto o dado que lhe informa: ele rastreia as condições estruturantes para que um tal objeto seja formalizado. Seguindo a mesma lógica, portanto, não obstante haja uma noção de utopia na obra de Candido, ela é atravessada por uma questão que é: como dar voz a uma formação social estranha e heterônoma sem submetê-la a esquemas conceituais totalizantes?

O final da *Formação* aponta para uma resposta. Candido se interessa pelo momento em que a forma assume as rédeas da tradição e confronta-se com este nó social que a sustenta: o caso do escravismo é o que marca o fecho do livro e não é fortuito que o foco recaia sobre Machado de Assis. Escrevendo do seio do colapso da escravatura, a obra madura do autor traduz em forma os elementos que, ao mesmo tempo em que *pertencem* à ideologia senhorial, mostram-se como a própria face de sua *crise*. Este sentido de crise deve ser retido da análise de Candido, pois é ele que, para o crítico, qualifica a própria ideia de heteronomia: uma vez que os preceitos escravocratas se encontram em crise – uma vez que eles saem do enquadramento seguro da ideologia senhorial – eles podem ser *críticáveis*.

A crítica à forma ideológica em crise, torna-se claro, é para Candido o próprio elemento que alimenta a noção da dialética local versus universal (pergunta que o autor repetidamente se faz ao longo do estudo), dado que esta só encontra espaço para acontecer quando há um mínimo descolamento entre o pensamento empenhado das elites e as formas sociais que o criou. No caso de Machado, um descolamento tão pronunciado gerou o vazio ideológico que possibilitou que a forma literária pudesse abarcar a própria ideologia e envolvê-la nos movimentos da produção escravista em crise. Trocando em miúdos, as questões envolvendo a escravidão sempre estiveram em pauta, mas é somente com a crise deste sistema produtivo que eles podem se apresentar como *problema formal*. Deste modo, o que Machado descobriu e transformou em forma literária não é um problema ético – a saber, a crueldade da escravidão – mas a própria agonia de uma instituição e os volteios ideológicos necessários para salvá-la de sua própria morte.

Isto é, de dentro de uma ideologia funcional uma ideia como a de arbítrio patriarcal em Machado não é motivo de querela. Mas, uma vez em crise, o descolamento entre ideologia

e sua efetividade torna-se o vão de onde o elemento crítico da literatura pode emergir. Não é à toa, portanto, que Candido fecha a *Formação* com um elogio ao ensaio crítico de Machado sobre o instinto de nacionalidade: trata-se do reconhecimento da inoperância da ideologia patriarcal na apreensão de um objeto brasileiro, que se apresenta somente quando visto de uma posição em que ela mesmo, a ideologia enquanto ideia de brasilidade, seja observada de certa distância e confrontada com a própria realidade de que se nutre³. A visão da crise do sistema escravocrata é, num só golpe, o que permite a quebra do enquadramento romântico da ideia de nação e também o elemento que possibilita o florescimento de uma nova forma para além do romantismo: uma forma que se alimenta precisamente deste elemento heterodoxo, situado entre a base da produção e as ideias sobre o futuro do país.

1 A emergência do sertão

O porquê de estas questões necessitarem passar pela literatura é um assunto complexo, mas é o que constitui o fundo do trabalho de Candido em *Formação*. O que importa aqui notar é que o recorte de Candido importa não só do ponto de vista sociológico, uma vez que mostra que o arranjo político das elites após a Independência exigiu sua posição empenhada na construção de uma ideia de nação que passava pela unidade em torno da mão de obra escrava. Uma vez que este quadro colapsa, a própria noção de empenho é colocada em xeque. Mas Candido vê nesta conjunção de fatores o empuxo necessário para uma reviravolta na tradição. A saber, uma tradição que reconheça o *objeto brasileiro* enquanto tal, isto é, como um objeto que habita o vão entre as ideologias das elites e a base social heterodoxa do país.

É neste ponto que se admite a importância da emergência do *sertão* como objeto literário. Da mesma forma como o escravismo nem sempre foi considerado um problema em si, também o interior do país, apesar de habitar desde sempre a literatura brasileira, passou a ser considerado digno de representação por uma conjunção de fatores. Com efeito, o destino dos homens pobres, dependentes e livres surge com frequência em obras de importância. Mas o sertão se forma como objeto apenas na passagem do século XIX ao XX. O contraste no tipo de tratamento dado à questão na comparação de duas obras publicadas no ínterim de algumas décadas assume o papel de exemplo útil a esta hipótese: em *O sertanejo* (1875) de José de Alencar e *Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha o tratamento aos homens livres

³ Os trabalhos de Schwarz sobre Machado cumpriram o papel de perscrutar e dar novos contornos à crítica candidiana. Ver SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000 e SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

pobres assume feições e funções muito diferentes na composição dos textos. No primeiro, o destino do sertanejo aparece como peça articulada não só ao enquadramento romântico, mas sobretudo à funcionalidade da ideologia patriarcal. Não à toa o romance se estrutura como rememorações de um antigo patriarca sobre a vida na fazenda do interior do Ceará.

Mais importante é, no entanto, a caracterização de Arnaldo, o vaqueiro-herói, de modo a fazer de sua marginalização na produção um traço de mistério e altivez. Sua altivez, todavia, tem todos seus feixes direcionados ao centro da ideologia patriarcal, que, embora narrativamente claudicante, comanda a trama e, portanto, os destinos do herói. Toda sua coragem e bravura direcionam-se à figura do patriarca, à defesa do grupo familiar, ao cuidado à propriedade etc. São estes mesmos feixes que configuram o clímax da trama: o vaqueiro abre mão do amor pela filha do fazendeiro e recebe em troca seu nome de família. Ou seja, ele passa de uma posição de dependente marginal a um dependente legal, se assim pudermos dizer.

Com esta mudança de estatuto legal algumas coisas vêm ao primeiro plano da análise. Tangencialmente a narrativa toca no problema do usufruto da terra por parte dos dependentes rurais – desfrutando de uma situação ambígua entre proprietários e não-proprietários das terras que ocupam na propriedade senhorial – e abre precedente para um elemento chave para a definição da discussão sobre o sertão, que será comentada à frente.

Por ora, cabe apenas notar que, *como objeto, o sertão não está presente em Os sertanejos*. Isto porque o drama de Arnaldo enquanto protagonista em nenhum momento escapa da visada senhorial, dando a ver que a propriedade rural, estruturada em torno do trabalho escravo e contando com homens pobres e livres como trabalhadores marginais, tem a prerrogativa de ou absorver este último à casta de dependentes oficiais, mantê-los em sua condição ambígua ou periférica, ou, mais importante, relegá-los à completa escuridão ficcional que é a desvinculação dos laços com a fazenda e sua consequente saída da órbita senhorial. Note-se, portanto, que, neste caso, a possibilidade de representação literária é igualada à possibilidade de encaixe dentro da lógica da fazenda e, portanto, da posse da terra. Tudo que escapa a esta visada cai numa penumbra narrativa.

A hipótese que aqui se defende é que o objeto-sertão somente emergirá quando este lado obscuro da dinâmica senhorial vier a proscênio. Isto é, quando o dependente da fazenda interiorana escapar da órbita patriarcal tradicional para ocupar esta quina ideológica em que ele deixa de se posicionar como referência ao poder do fazendeiro, mas ainda exerce alguma função ligada à terra. Trata-se de um traço já identificável em *Os sertões*, no qual o objeto-sertão emerge pouco a pouco, como que escapando das tentativas de enquadramento racionalista de Euclides da Cunha. O sertão de Euclides, ao final, emerge quase como um objeto sem face e cuja existência se promove à revelia de todas os nexos causais lançados pelo autor – clima, terra, formação social. Ao longo do livro, vê-se a noção de sertão englobar

todos os parâmetros citados e impor-se – com aura até mística – como um estado de coisas que revela uma classe antigüíssima de homens que percorre os interstícios do interior brasileiro.

Vê-se aqui a principal diferença entre este sertanejo e o de Alencar. Ela define o tratamento que se dará à ideia de sertão neste trabalho: com efeito, o sertão que surge como objeto literário no século XX é tributário à obra de Euclides como o objeto que traça uma linha entre civilização e arcaico de modo a fazer com que o último, nos melhores resultados literários, salte aos olhos do leitor como um objeto estranho, informe, inclassificável. Deste modo, da mesma maneira como ocorreu no caso de Machado de Assis, é preciso que se considere a questão do arcaico menos como um *achado* dos escritores regionalistas. Assim como as relações patriarcais machadianas, este homem do sertão sempre esteve presente na história do interior brasileiro.

A sua transformação em objeto, no entanto, depende da conjunção de dois fatores históricos de ampla ressonância, que têm lugar com a instituição da República no Brasil: primeiro, a paulatina marginalização do destino dos homens pobres livres da estrutura produtiva das fazendas periféricas à cultura do café, nas quais o poder patriarcal é severamente minado. Segundo, uma complexificação significativa dos arranjos das elites dirigentes na definição do curso político e econômico do país após a abolição da escravatura. Ao se jogar luz sobre estas duas tendências será possível perceber como, de certa forma, a ideia de arcaico é um subproduto deste duplo movimento que, em todos os seus sentidos, deve sua substância histórica à passagem de um modo de produção baseado na mão de obra escrava para outro dependente da mão de obra livre.

A hipótese que Francisco de Oliveira em “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil” (FAUSTO, 2006) lança sobre o processo de transição do trabalho escravo para o livre vai ao encontro do nascimento do sertão como problema em sentido amplo. Diz o autor, grosso modo, que o fator econômico que comprimiu a escravidão até sua impossibilidade encontra raízes nos próprios desdobramentos do capitalismo europeu, onde a indústria, já inteiramente consolidada como sistema produtivo, via a proporção de capital constante⁴ crescer, transferindo-a aos produtos da manufatura que compunham, aqui, parte dos elementos de subsistência à produção escravista. Em termos menos técnicos, trata-se de afirmar que a proporção de valor, agregado às mercadorias, entre máquinas e trabalhadores havia aumentado no centro do capitalismo, de modo que cada produto de manufatura transferisse

⁴ A noção de capital constante, no Marx d’*O Capital*, liga-se à ideia de que, uma vez consolidado o Mercado de mão-de-obra livre, é possível à produtividade um salto, uma vez que estes trabalhadores agora se submetem ao ritmo do maquinário industrial. Ver o capítulo 6 de MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

maior valor como resultado do avivamento do ‘trabalho morto’ contido nas máquinas⁵. Como isto afeta a escravidão no Brasil?

Diz Oliveira, sobre a economia brasileira escravocrata, que “na composição orgânica do capital da economia agroexportadora predomina um tipo de capital constante que inclui o escravo, cuja subsistência, também capital constante, força para baixo a taxa de lucro” (FAUSTO, 2006, p. 443). Ou seja, sendo o escravo parte integrante do capital constante – ou grosso modo o ‘maquinário’ – a parte relativa a sua subsistência – roupas, comida etc. – faz parte do custo de produção. Sendo grande parte destes itens importado dos centros industriais europeus e norte-americanos, o peso do valor transferido por estes produtos se faz sentir na subsistência dos escravos: “Noutras palavras, é a *parte importada* do capital constante, a qual toma a forma do fundo de subsistência dos escravos, que ameaça a forma de valor da economia agroexportadora” (FAUSTO, 2006, p. 443).

O grande desafio do capital brasileiro nesta transição do trabalho compulsório para o livre é, portanto, o de *expulsar* o escravo do seio da produção transferindo, assim, a realização do fundo de subsistência para dentro do país com a criação de um *semi-campesinato* que se encarregará de produzir os bens da cesta de consumo do trabalhador. Como consequência, esta ‘territorialização’ do trabalho, como afirma o historiador Luiz Felipe de Alencastro, resulta num estímulo à circulação interna de mercadorias – vestuário, por exemplo, mas não só isso: carne, couro e todo outro tipo de produção que dá sustentação à produção agroexportadora. (Cf. ALENCASTRO, 1987).

Este processo de territorialização do trabalho se dá de forma paulatina e só ganhará uma forma cristalizada com as reformas trabalhistas de Vargas. Mas o que é importante reter deste período da primeira República é o fato de que as condições para o posterior desenvolvimento industrial do país começam a movimentar-se, ainda que de forma paradoxal. Por um lado, um consórcio horizontal de produção que Francisco de Oliveira não hesita em chamar *acumulação primitiva*: isto é, a produção voltada ao abastecimento deste fundo de subsistência do trabalhador e que tem no lastro da terra como fonte de poder para garantir benefícios públicos e angariar trabalhadores (em outras palavras, o próprio fenômeno coronelista). Por outro lado, está a parte dinâmica da produção capitalista incorporada na cultura do café, voltada ao mercado externo.

Vê-se deste quadro que o fim da escravidão gera um rearranjo geral no capitalismo brasileiro. Mais importante para a discussão que aqui se propõe é o fato de que o processo de expulsão do escravo do seio da produção significa a *mudança no estatuto da dependência a criação de um tipo particular de periferia*, que se caracterizará pelo vínculo ambíguo que

⁵ Para uma discussão mais precisa sobre a noção de ‘trabalho morto’, ver os capítulos 7 e 8 do primeiro volume d’*O Capital*.

este estrato da população manterá com os proprietários de terra à margem da produção cafeeira: *vê-se aqui, portanto, a emergência da figura do sertanejo como uma entidade que passa a habitar a quina da ideologia patriarcal.*

Ainda no mesmo ensaio, Francisco de Oliveira reitera que a realização do valor do café, comercial e financeiramente, em terras estrangeiras gera um impasse para a economia da primeira República. Por um lado, a acumulação cafeeira, vinculada ao mercado externo, sofre com as variações cambiais ao mesmo tempo em que necessita de empréstimos – também estrangeiros – para financiar a própria produção. Deste modo dá-se que a produção do café ‘persegue o próprio rabo’ uma vez que a realização do valor do produto se dá em sua totalidade em território estrangeiro: mais, torna-se um jogo de soma zero na medida em que o mais-valor do café não se manifesta como lucro, mas como empréstimo. Ou seja, a produção de café pagava para realizar-se externamente sob a forma de juros.

O resultado objetivo desta ciranda produtiva é um quadro paradoxal: a necessidade de manutenção da economia do café redundava não só em sua realização estrangeira, mas numa parca circulação interna de mercadorias e mesmo um impedimento da diversificação social. Como aponta Oliveira, “a classe dominante rural bloqueará o avanço da divisão social do trabalho no campo” (FAUSTO, 2006, p. 452) fazendo com que a hegemonia do café impossibilite a composição das elites periféricas, interessadas na circulação interna de mercadorias, enquanto classe burguesa. Isto é, o arranjo coronelista no fundo é um modo de sobrevivência das elites rurais à margem do café: instadas a suprir uma demanda interna de produtos, mas inibidas em sua vocação manufatureira, resta-lhes o modo de reprodução simples do capital, isto é, a acumulação primitiva:

Fixou-se, em suas relações com o nascente campesinato, numa apropriação do excedente ao nível da circulação via mecanismos de controle político e social já descritos, com o que travou o acabamento da formação camponesa e sua subsequente dissolução. *Essa é a origem do controvertido ‘feudalismo’ das relações agrárias brasileiras.* (FAUSTO, 2006, p. 452, grifos meus)

Em resumo, se aponta para o seguinte quadro: a expulsão do escravo do seio da produção gera um seccionamento das elites agrárias do Brasil. De um lado, a elite cafeeira assume a hegemonia sobre o Estado de modo a transformá-lo em seu veículo financiador junto ao estrangeiro. Como se viu, esta estratégia ganha formas de uma acumulação com soma zero, de modo que a elite cafeeira, surpreendentemente, assuma a feição de uma oligarquia antiburguesa, uma vez que impede a realização de valor internamente e a consequente diversificação social que dela adviria. Nas margens da produção cafeeira, o

coronelismo se forma como o sistema que garante a sobrevivência econômica das oligarquias regionais e sustenta a hegemonia cafeeira sobre o Estado. Vistas deste ângulo, as práticas de mandonismo são, no fundo, traduções do imperativo para a reprodução simples do capital, isto é, sua expansão baseada somente na apropriação de terras, trabalhadores braçais e poder político.

2 O sertão como excrescência ideológica

Sem a intenção de exaurir o assunto, retenhamo-nos na discussão sobre o sertão. Como já foi indicado, este emerge como objeto neste processo de ‘criação’ de uma periferia do trabalho e da expulsão dos meios de subsistência do seio da produção. O quadro é particularmente verdadeiro no que diz respeito ao café⁶; as demais regiões sertanejas apresentam um cenário mais complicado, no qual o imperativo para a reprodução horizontal do capital combinado a uma relativa pobreza de recursos (sobretudo de crédito) promovem não só uma associação parasitária com o poder público como soluções intermediárias para o problema do trabalho. No coronelismo, o homem pobre vê-se ainda vinculado ao fazendeiro, mas não mais como o sertanejo de Alencar: agora, como mão-de-obra para a acumulação primitiva do coronel, que mistura mandonismo ao ímpeto de acumulação de terras e poder. Vê-se, assim, como a ideia de sertão nasce como uma linha que distingue o arcaico do moderno, mas uma linha que nasce ela mesma deste processo de modernização em que relações coloniais de produção são mantidas ou transformadas para sustentar uma débil cadeia acumulativa. Visto desta perspectiva, o sertão emerge não como permanência do arcaico, mas como sua própria fabricação para a sustentação do novo.

Mais importante, no entanto, talvez sejam as posições ideológicas que, até 1930, lutam pela posse deste objeto. É possível afirmar que também a divisão entre elite cafeeira e elites regionais se replica também no olhar ao sertão: os mesmos traços antiburgueses observados como resto estrutural da economia do café geram efeitos opostos no espectro ideológico brasileiro. De um lado, o pensamento mais próximo ao café assume seu caráter paradoxalmente avançado e tradicional – a saber, fala-se do setor mais dinâmico da sociedade brasileira mas que, por limitações de sua natureza acumulativa, devem postar-se como antiburgueses sob o risco de ver a hegemonia paulista colapsar. Fala-se aqui do modernismo

⁶ O estudo de Candido sobre as populações rurais paulistas nas décadas de 1940 e 1950 são exemplares neste sentido, tanto no que mostra da pressão para a proletarização rural quanto na resistência da cultura caipira que, em áreas de decadência do café, retorna como ‘cicatriz’. Ver CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

paulista e, deste ângulo, o sertão, ou as relações arcaicas de modo mais amplo, são vistos como o traço de informalidade que humaniza o capitalismo brasileiro⁷.

Do outro lado do espectro reside uma seção da população particularmente avivada pela dinamicidade da economia cafeeira: prestadores de serviços, profissionais liberais e burocratas estatais, habitantes das cidades como membros da classe média, fora da esfera de influência dos coronéis no campo, mas cujas carreiras burguesas eram obstadas pela dinâmica geral da economia agroexportadora. Deste lugar, os impasses de um capitalismo frágil são hipostasiados em entraves apresentados por um Brasil dividido entre cidade e interior, avanço e atraso. O sertão emerge aqui como linha demarcatória entre a aspiração burguesa e sua impossibilidade.

O questionamento sobre o atraso surge, portanto, como nó górdio, colocado em plano ideológico, envolvendo a base produtiva da Primeira República e suas aspirações burguesas contraditórias. Ou seja, o objeto-sertão nasce deste arranjo de forças político-econômicas que ao mesmo tempo em que *produz* novas relações arcaicas no sertão, projeta-as como imagem sintomática de uma impossibilidade. Por um lado, o arcaico surge como resto simpático que amortece as dinâmicas capitalistas nos modernistas, dado que modaliza as vicissitudes da civilização; do outro, para os escritores regionalistas, torna-se um quisto nefasto que entrava o caminho ao desenvolvimento, e que deve, portanto, ser colonizado.

Quais sejam as pontas deste espectro, o sertão é visto como um *outro*, um corpo estranho à dinâmica capitalista que dela se forma como excrescência. Cumpre, pois, notar que a questão do arcaico se coloca no centro do debate sobre o projeto de país fomentado na primeira República, e sua variação ideológica corresponde às diferentes perspectivas de se levarem a cabo processos propriamente burgueses de desenvolvimento. Como se tentou mostrar, esta impossibilidade não se impõe mercê do atraso, mas precisamente porque este último *faz parte* de um projeto acumulativo de soma zero do café e que em si *tem de inibir* as dinâmicas burguesas.

A composição ideológica da primeira república fermenta-se pois sobre um terreno instável. No topo da pirâmide social, o aparelhamento do Estado como órgão financiador do principal produto de exportação cria uma estratificação entre as elites cafeeiras e as elites periféricas. Na relação entre as elites e os mais de quatro quintos da população sem acesso a uma cidadania funcional, o sentimento era de que o processo de modernização engatilhado pela abolição da escravatura e pelo aprofundamento das dinâmicas burguesas carreadas pelo

⁷ O ensaio de Roberto Schwarz. “A carroça, o bonde e o poeta modernista” traça um panorama fiel das contradições e dilemas das vanguardas ligadas à aristocracia cafeeira. Ver SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.11-28.

café deveria ser ‘amortecido’ e controlado a rédea curta pelas elites. O temor, como aponta Florestan Fernandes, era simples:

As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um *circuito fechado*. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. *A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas*, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico. (FERNANDES, 2005, p. 252, grifos meus).

A constituição de um sistema político fechado e altamente reativo – em que ideologia e posse real da hegemonia sobre o Estado coincidem – coaduna com a hipótese já levantada: a de que, compondo-se como uma revolução burguesa frágil, arranjada em função da exportação do café, as elites agrárias no fundo funcionavam como forças de retenção da diversificação da sociedade. O que é importante reter do trecho de Fernandes é a forma como o mandonismo e, mais amplamente, o próprio sistema coronelista agia como sistema original, claramente fundado sobre prerrogativas coloniais, mas cuja efetividade enraizava-se neste pacto intramuros entre as elites. Em outras palavras, os elementos característicos do coronelismo – sua relação violenta frente aos subcidadãos da república combinada ao nexos comensal com o Estado – funcionavam como o cimento que mantinha o pacto entre-elites funcional. No que toca especificamente à situação das elites periféricas, é importante notar como o foco recai sobre uma população que é marginalizada dos arranjos coloniais de usufruto da terra, mas que persiste como fundamento para uma expansão horizontal da produção voltada ao mercado interno: a saber, acumulação primitiva.

O sertão como objeto, portanto, deve seu nascimento a este complexo de forças políticas, econômicas e ideológicas. Do ponto de vista literário, é curioso notar, ainda com Antonio Candido, que em seu ensaio mais importante sobre o assunto – “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, de 1966 – o argumento do autor, interessado na identificação da jagunçagem como objeto propriamente literário, segue o mesmo caminho crítico esboçado alguns anos antes em *Formação da literatura brasileira*. A saber: muito obstatante o tema da violência sertaneja apareça aqui e ali em escritos desde o século XVIII, é somente na passagem do século XIX ao XX que ela se impõe como objeto de interesse sistemático da literatura. Isto é, como aponta Candido, é importante que o próprio termo ‘jagunço’ se estabilize literariamente e seja enfrentado como parte integrante de um sistema efetivo de poder interiorano. Afirma o crítico:

não se consideram jagunços os ladrões de gado, os contrabandistas, os bandidos independentes. Embora haja flutuação do termo, a idéia de jaguncismo está ligada à idéia de *prestação de serviços*, de mandante e mandatário, sendo típicas nas situações de lutas políticas, disputa de famílias ou grupos (CANDIDO, 2004, p. 104, grifos meus).

Mais à frente, quando comenta o romance *Chapadão do Bugre* Candido nota que a sistematicidade do jaguncismo só pode ser vislumbrada como objeto quando o mandonismo local é confrontado com uma ideia abstrata de Estado e de bem público, em oposição aos interesses privados:

Trata-se da ordem a princípio necessária, na fase de desbravamento, pois assegura através das instâncias privadas, que são principalmente os grupos familiares e suas clientelas, um funcionamento sucedâneo de instituições que o poder público *ainda é incapaz de assegurar*. A seguir, esta ordem se torna apenas arbítrio, mantendo o parasitismo dos grupos dominantes e *impedindo o progresso*. (CANDIDO, 2004, p. 108, grifos meus).

É de suma importância a percepção de que a noção de pitoresco no contexto sertanejo, para Candido, será estruturada em torno do significante abstrato de *progresso*, em geral posicionado contra as práticas de mandonismo privado. No caso de *Chapadão do Bugre*, observa-se o mesmo raciocínio presente na *Formação*: o romance vale pela apresentação documental e até certo ponto realista das relações sociais do sertão. Mas peca ao assumir como perspectiva narrativa uma posição ideológica, isto é, ao esposar o ponto de vista da função ideal do Estado e, mais amplamente, da própria civilização no combate a estas práticas.

Assim, veja-se que o arcaico neste caso não integra o romance de modo a *formalizar* uma mimese do processo histórico em que o mandonismo representa as próprias limitações internas do progresso brasileiro; ele serve somente como contraponto abstrato para a corroboração de uma ideologia reativa, isto é, uma ideologia que, ao perceber as impossibilidades das dinâmicas burguesas, enxerga no coronelismo as razões do entrave. Daí se compreende a importância que Candido dá ao aparecimento de Guimarães Rosa no cenário

literário dos anos 1940 como a ‘superação do regionalismo’⁸. Esta superação, mais do que um movimento estético, seria a estruturação da forma em torno do objeto sertanejo já livre das querelas ideológicas plasmadas no pitoresco.

3 O sertão como objeto fantasmático

Esta observação acaba por refluir sobre a própria ideia de formação e as consequências de uma teoria estética que dela podem ser derivadas. Com efeito, o que se defende como hipótese é que a tese de Candido é no fundo uma articulação entre forma, ideologia e projeto político. Como se viu no caso de Machado, a ideia de crise dos dois últimos – ideologia e projeto político – permite que a forma literária seja o fator predominante neste tripé, de modo a englobar formalmente as próprias rachaduras entre projeto político e projeto ideológico e capturar o sentido de totalidade que os subsidia historicamente. Dentro deste mesmo esquadro é possível compreender as movimentações formais do regionalismo brasileiro como fruto dos impasses gerados pelo pacto coronelista. Ou, nos termos de Florestan Fernandes, o empenho da forma brasileira se vê entre os embaraços de um capitalismo difícil, premido entre as promessas de um desenvolvimento burguês e um arranjo acumulativo de soma zero, como é o caso da economia do café.

O sertão como objeto literário emerge, portanto, como resultado de um paulatino descolamento entre as aspirações ideológicas do país – que, excetuando o caso específico do modernismo paulista, identificava-se a um projeto civilizatório – e uma base político-econômica que perseguia o próprio rabo nos limites do pacto coronelista. Desta perspectiva é curioso interpretar a própria revolução de 1930 mais como um sintoma de impossibilidade de manutenção deste pacto do que um verdadeiro empuxo industrial que, no modelo clássico do desenvolvimento burguês europeu, faria oposição aos enclaves de uma política aristocrática às dinâmicas burguesas. Este caráter estranho e até contraditório da industrialização pós-1930 no Brasil – capitaneado substancialmente pelas mesmas elites agrárias – é o combustível de análises como a de Boris Fausto sobre 1930 (Cf. FAUSTO, 1997), cujo objetivo é precisamente o de apontar a impossibilidade de se identificar um *projeto* industrial no seio das forças que alçaram Getúlio Vargas ao poder.

⁸ Ver os comentários de Candido sobre Rosa quando da publicação de *Sagarana* em: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. p.186. Ver também o famoso ensaio “O homem dos avessos” que trata da estrutura do *Grande sertão: veredas*, no qual o crítico desenvolve alguns dos temas presentes nas primeiras impressões sobre Rosa. Cf. CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: _____. *Tese e antítese*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p.111-130.

Com efeito, se junto com Francisco de Oliveira podemos supor que a hegemonia do café tinha o cordão umbilical ligado ao sistema de crédito inglês, quando este colapsa com a crise de 1929 o que se verifica é a completa impossibilidade de realização do valor do café. A revolução de 1930, portanto, marca a falência do pacto coronelista – e assim a ‘rebelião’ de elites periféricas no país – como causa e sintoma de uma grave crise acumulativa. O caráter contraditório da crise ditará as políticas encabeçadas pelo governo varguista: por um lado subsidiar o café como modo de sustentar o único produto que gerava números positivos na balança comercial, por outro intervir diretamente na inércia agrária do país com uma política de liberação de mão de obra para a indústria. Ou, nas palavras de Oliveira,

a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativamente e quantitativamente distinto, que dependerá substancialmente de uma *realização parcial interna crescente*. (OLIVEIRA, 2003, p. 35, grifos meus).

Não cumpre no momento exaurir os sentidos desta afirmação por completo. Cabe por ora notar que uma nova política de realização interna do valor – isto é, a industrialização – dependerá em grande parte da liberação de mão de obra das populações agrárias não ligadas ao café e sobretudo um redirecionamento da ação do Estado sobre o poder local: ambas as políticas atingindo o coração do coronelismo. Ou seja, o aspecto *destrutivo* das novas orientações econômicas agirá sobre o elo mais frágil do pacto coronelista, a saber, as mesmas que, na República Velha, lançavam mão do arcaico para equilibrar-se numa estratégia acumulativa frágil. Isto significa, segundo Oliveira, a formação de um *novo arcaico* que funcionará de base para a industrialização. O novo arcaico, entenda-se, será composto pelo homem do campo pobre, premido pela desorganização dos laços coronelistas e lançado sobre um vazio produtivo.

Os processos sociais que têm início em 1930 apresentam, portanto, uma dupla face: de um lado, as dinâmicas propriamente burguesas têm suas amarras coronelistas liberadas, o que em termos ideológicos significa a possibilidade de construção de uma sociedade menos estratificada e na qual a ação política se expande para além dos núcleos familiares das elites agrárias. A outra face aponta para o destino destas populações rurais que comporão uma

massa trabalhadora jogada ao estado de subcidadania de um processo rápido e desorganizado de proletarização.

No que toca à literatura, as repercussões deste novo arranjo político se fazem sentir no campo ideológico. A destruição dos laços coronelistas libera grande parte da população rural para a composição de uma periferia industrial. O sertão enfim salta aos olhos dos romancistas como *objeto autônomo*, livre do embate ideológico que o amarrava entre o modernismo e o regionalismo. Ele deixa de ter o caráter de corpo estranho na composição social brasileira, tendo seu nexos com as novas dinâmicas econômicas sendo tecidos: talvez o caso exemplar desta nova visada seja a obra de Graciliano Ramos e em especial *Vidas secas*, romance que extrai o sumo de seu efeito estético do choque brutal entre o destino das populações rurais e um questionamento radical quanto à possibilidade de *construção de uma nação integrada*.

Este empuxo realista sofrido pela literatura brasileira pós-30 guarda, portanto, as características contraditórias da acumulação periférica: a saber, a sensação que se instala com a abertura de novos horizontes com a *debacle* das elites agrárias e o ‘fantasma social’ que ela libera, i.e. uma classe de sertanejos pobres que passam a habitar os interstícios do mundo produtivo brasileiro. No caso de *Vidas Secas*, por exemplo, Ana Paula Pacheco remete a este fenômeno quando reflete sobre a ‘fantasmagoria do mundo do trabalho’ em artigo recente (Cf. PACHECO, 2015). O problema se constitui como pergunta: por que grande parte da atenção realista se volta para o não-lugar do trabalho sertanejo nos anos pós 1930? Acredita-se que a resposta a esta questão será formulada novamente como problema alguns anos depois por Antonio Candido: a saber, sobre qual esteira social se funda uma tradição brasileira de literatura?

A resposta já foi aventada: a atenção da literatura aos momentos de *crise* gera arranjos formais inovadores; a saber, os momentos negativos da formação, em que os imaginários sobre o país perdem sua sustentação material, promovem um empuxo formal sobre as próprias rachaduras do país. Viu-se o caso de Machado como fecho de um ciclo: isto porque a crise da escravidão impossibilitaria uma volta da forma às representações tradicionais; na mesma medida, o projeto de país gestado durante o século XIX, fundado sobre a autoridade e centralidade patriarcais perde o pé de apoio. Com efeito, o que se encontra no autor é um curto circuito utópico-ideológico inimaginável nos anos de bonança do Império. Mas se a ideia de formação da literatura não é somente um retrato ideológico, pode-se afirmar que o conceito se sustenta enquanto pergunta feita ao arranjo entre elites governantes, base produtiva e forma literária.

Nesse sentido, o período compreendido entre 1930 e o golpe militar de 1964 se mostra de fundamental interesse para o pensamento sobre a literatura e, mais especificamente, sobre a ideia de tradição que, se por um lado se fundou com o interesse das

elites em pensar o próprio país, abriu as portas para o realismo quando o arranjo das mesmas se vê debilitado. O que as declarações de Candido sobre o descenso da tradição revelam é que durante três décadas, de 1930 a 1964, a crise das elites e seu rearranjo forjou um momento *sui generis* na esfera literária, no qual os encontros e desencontros entre uma utopia de integração do país sob a indústria e o destino do homem pobre eram fermento para o realismo brasileiro.

Como se tentou mostrar, a questão do sertão emerge como marca d'água deste novo processo, e o arranjo que ele oferece como objeto é notável. A bem notada 'fantasmagoria' do mundo do trabalho no realismo brasileiro é um tópico ainda a ser perscrutado, mas resta como indicação de que a tradição da literatura se coloca frente a um processo profundo de transformação de nossa base produtiva, de destruição de antigas formas de associação entre elites e trabalhadores e mesmo intraelites. O frágil muro erguido pela Primeira República sobre o pacto coronelista paulatinamente se esgarça para abrir caminho à indústria: o que salta aos olhos da literatura é o resto deste processo, o necessário fantasma do sertanejo. Talvez mais importante do que isto, no esquadro das perguntas levantadas neste texto, seja a ideia de que o estudo deste objeto – o sertão – deve ultrapassar o cenário do realismo brasileiro ao colocar uma questão à forma-romance em geral. A saber: como representar um objeto que parece apontar para um mundo social estacionário, mas que faz correr em suas costas processos de modernização? Ou ainda: como fica a noção de *realismo* diante deste objeto que foge a qualquer caracterização usual dos processos burgueses de ascensão social frente à industrialização?

A compreensão da emergência do sertão como tópico ajuda a responder a questão: trata-se de uma contradição latente que acaba por penetrar as melhores obras brasileiras do período. Como em *Vidas Secas*, o trabalho pode ser um fantasma e ao mesmo tempo dominar a vida das personagens. Ainda mais reveladora é a questão levantada sobre Guimarães Rosa, tido como Candido como o fecho desta tradição: como um objeto que surge timidamente em Euclides da Cunha pode tomar conta de uma obra da envergadura de *Grande sertão: veredas*? A resposta para estas perguntas deve passar pela consideração dos traços peculiares da tradição literária brasileira e sua relação com processos sociais que procurei delinear neste texto. Porém, como resultado, acredita-se que esta visada sobre o sertão como objeto deve necessariamente reorientar a própria crítica que deseja fazer este nexos entre história e literatura.

Se, com Adorno, pudermos afirmar que “o especificamente artístico na arte deve ser concretamente derivado de seu outro” e que “somente isto responderia às demandas de uma estética materialista-dialética” (ADORNO, 1996, p. 3)⁹; e se o sertão oferece um *outro* tanto

⁹ Tradução livre do original: “The specifically artistic in art must be derived concretely from its other; that alone would fulfill the demands of a materialistic-dialectic aesthetics”.

à utopia de integração que figurou no pensamento brasileiro após os anos 1930 e, no limite, à própria ideia de tradição literária (uma vez que agrupa seus interesses numa rachadura social), voltamos à afirmação inicial de Candido de um outro ângulo. O desfazimento da tradição que se observou após o golpe pode ser explicado pela formalização do sertão como objeto literário, na figura de Guimarães Rosa. Esta assunção, um tanto paradoxal, mostra duas faces: trata-se do fim da formação pois a ditadura militar soterrou qualquer utopia de integração democrática do país; e do ponto de vista literário, a relação entre este *outro-sertão* e a utopia é o que mantinha a chama realista dos decênios pós-1930 acesa. Sua formalização, portanto, é também o sinal de sua superação e, logo, de sua morte.

Esta morte, no entanto, é para a crítica como a morte de Diadorim em *Grande sertão: veredas*: uma fissura que, ao demandar constantemente o retorno a este corte, pergunta-a sobre suas necessidades, remodelando-a. O olhar direcionado a este fantasma do sertão torna-se, portanto, imperativo para a própria noção de crítica da literatura brasileira.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Aesthetic Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A pré-revolução de 30. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, p. 17-21, setembro de 1987.

ALENCAR, José de. *O sertanejo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

ARANTES, Paulo Eduardo; ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010a.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010b.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

_____. *A educação pela noite*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Vários Escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano*. 8. ed. v. 8. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Global, 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO, Ana Paula. O vaqueiro e o procurador dos pobres: Vidas secas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 60, p. 34-55, abr. 2015.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a.

_____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.

_____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FELIPE BIER

Doutor em Teia Literária pela Universidade de São Paulo (USP), hoje é professor colaborador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). CV: <http://lattes.cnpq.br/3444317211905873>. E-mail: felipebier@gmail.com.